

**Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Especialização em Psicologia Clínica – CEPC**

Sandra Amaral Giancesini Onésimo

**ENCONTRO NA RUA: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL**

Belo Horizonte  
2022

Sandra Amaral Giancesini Onésimo

## **ENCONTRO NA RUA: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL**

Versão final

Monografia de especialização apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para conclusão à obtenção do título de Especialista em Psicologia Clínica.

Orientadora: profa. Maria Madalena Magnabosco.

Belo Horizonte  
2022

150	Onésimo, Sandra Amaral Giancesini.
O58e	Encontro na rua [recurso eletrônico] : uma abordagem fenomenológica-existencial / Sandra Amaral Giancesini Onésimo. -
2022	2022.
	1 recurso online (45 f. ) : pdf
	Orientadora: Maria Madalena Magnabosco .
	 Monografia apresentada ao curso de Especialização em Psicologia Clínica : Gestalt-terapia e Análise Existencial - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	 1.Fenomenologia . 2.Existencialismo. 3.Pessoas desabrigadas. I. Magnabosco, Maria Madalena. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: GESTALT-TERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL

Folha de Aprovação  
ENCONTRO NA RUA: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL  
SANDRA AMARAL GIANESINI ONÉSIMO

monografia defendida e aprovada, no dia dez de dezembro de 2022, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: GESTALT-TERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Maria Madalena Magnabosco - Orientadora  
FAFICH/UFMG

Fernando Dório Anastácio  
FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 13 de março de 2023.

Profª. Drª. Cláudia Lins Cardoso  
Coordenadora do Curso



Documento assinado eletronicamente por Valteir Gonçalves Ribeiro, Chefe de seção, em 13/03/2023, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Cláudia Lins Cardoso, Professora do Magistério Superior, em 13/03/2023, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 2140184 e o código CRC 84DE0AF3.

Para Ana Luísa e Cesar.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, “Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre. Amém.” (Rm. 11:36).

Ao meu pai que, apesar de nenhuma formação escolar, com sua inteligência rompeu barreiras e sempre incentivou os filhos a terem interesse pela leitura.

À minha querida mãe, pelo seu amor e paciência.

À tia Maria, pelo seu carinho.

À minha maninha Sônia, por ter me escutado nos momentos em que o medo de não conseguir concluir este trabalho me assombrou. Pelas suas palavras carinhosas de encorajamento, por fazer as leituras dos textos escritos, muito obrigada.

À população em situação de rua que me ensina com sua resistência que, apesar de, há vida e sentido de vida.

Ao consultório na Rua de Contagem que me possibilitou construir uma experiência de muito aprendizado que impactou profundamente no meu fazer da Psicologia.

À enfermeira da eCR que se dispôs a ler o capítulo 2 sobre a PSR e contribuiu com sua experiência.

Aos professores e colegas do curso, pelos momentos compartilhados de estudos, questionamentos, trocas, aprendizados e, para além disso, novos vínculos.

À minha orientadora, professora Maria Madalena, por me acolher como sua orientanda, pela sua paciência, disponibilidade em sempre me responder, pelas contribuições, leituras, releituras, revisões, enfim, pela sua orientação vigilante e amiga.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho.

“Andei.

Por caminhos difíceis, eu sei.  
Mas olhando o chão sob meus pés,  
vejo a vida correr.

E, assim, cada passo que der,  
tentarei fazer o melhor que puder.

Aprendi.

Não tanto quanto quis,  
mas vi que, conhecendo  
O universo ao meu redor,  
aprendo a me conhecer melhor,  
E assim escutarei o tempo, que ensinará  
A tomar a decisão certa em cada momento.  
E partirei, em busca de muitos ideais.

Mas sei que hoje  
Se encontram meu passado, futuro e presente.  
Hoje sinto em mim a emoção da despedida.  
Hoje é um ponto de chegada e,  
ao mesmo tempo, ponto de partida.

Se em horas de encontros  
pode haver tantos desencontros,  
que a hora da separação seja, tão-somente,  
a hora de um verdadeiro,  
profundo e coletivo encontro.

De tudo ficarão três coisas:  
a certeza de estar sempre começando,  
a certeza de que é preciso continuar  
e a certeza de ser interrompido antes de terminar.

Fazer da queda um passo de dança,  
do medo uma escada, do sonho uma ponte,  
da procura um encontro”.

Fernando Sabino, **Encontro Marcado**.

## RESUMO

**Encontro na rua:** uma abordagem fenomenológica-existencial surgiu da experiência desta pesquisadora como psicóloga da equipe do Consultório na Rua. O objetivo deste trabalho é investigar a articulação da abordagem fenomenológica-existencial com a população em situação de rua. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, que tem como objetivo favorecer o contato com o problema da consulta e, dessa forma, proporcionar maior visibilidade e o desenvolvimento de ideias. A revisão bibliográfica foi realizada através de buscas em bases científicas de artigos, monografia, dissertação, teses de doutorado e livros sobre o tema. Fenomenologia significa, etimologicamente, o estudo dos fenômenos, porém sua definição é bem mais ampla e complexa, sendo fruto das investigações do matemático e filósofo Edmund Husserl, que buscava delimitar a diferença entre pensamento e psique. Ele propunha uma análise fenomenológica, cujo foco era o conhecimento do ser através de sua essência. Entre as várias fenomenologias que nasceram com base nos estudos desse filósofo, a fenomenologia existencial uniu o método fenomenológico e a filosofia existencial. Essa abordagem é uma diretriz para o trabalho psicoterapêutico, no qual as sessões ganham a dimensão de “Encontro”. A relação dialógica ou o encontro é um dos pilares da clínica fenomenológica-existencial, é nesse espaço do “entre” que psicoterapeuta e cliente irão se aproximar a ponto de a relação se tornar solo fértil para que o cliente se abra para se realizar, para encontrar seu Ser, seu modo autêntico de existência. Explicitou-se, portanto, que um encontro dialógico pode acontecer no espaço da rua, mas, para que isso ocorra, é necessário um embasamento teórico numa Psicologia descritiva que abarque as diversas dimensões do ser humano e uma atitude fenomenológica, ou seja, aberta para aquilo que aparece como sentido na existência.

Palavras-chave: Fenomenologia. Existencialismo. Pessoas em situação de rua. Encontro. Consultório na rua.



## ABSTRACT

**Encounter on the street:** a phenomenological-existential approach that emerged from the experience of this researcher as a psychologist on the Street Office team. The objective of this work is to investigate the articulation of the existential phenomenological approach with the homeless population. The methodology used was exploratory research, which aims to encourage contact with the consultation problem and thus provide greater visibility and the development of ideas. The bibliographic review was carried out through searches in scientific databases of articles, monographs, dissertations, doctoral theses and books on the subject. Phenomenology etymologically means the study of phenomenon, but its definition is much broader and more complex, being the result of the investigations of the mathematician and philosopher Edmund Husserl, who sought to delimit the difference between thought and psyche. He proposed a phenomenological analysis, whose focus was the knowledge of the being through its essence. Among the various phenomenologies that were born based on the studies of this philosopher, existential phenomenology united the phenomenological method and existential philosophy. This approach is a guideline for psychotherapeutic work, in which the sessions gain the dimension of an "Encounter". The dialogical relationship or the encounter is one of the pillars of the phenomenological-existential clinic, it is in this space "between" that psychotherapist and client will approach to the point that the relationship becomes fertile ground for the client to come true, to fulfill themselves, to find their Being, their authentic way of existence. It was explained, therefore, that a dialogical encounter can take place in the street space, for this to occur it is necessary to have a theoretical basis in a descriptive psychology that encompasses the various dimensions of man, a phenomenological attitude, that is, open to what appears as meaning in existence.

Keywords: Phenomenology. Existentialism. People in situation of homelessness. Encounter. Office on the street.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Centro POP	Centro para a população em situação de rua
CETAD	Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas
CnR	Consultório na Rua.
eCR	equipe do Consultório na Rua
MdM	Médicos do Mundo
MNPR	Movimento Nacional da População da Rua
MS	Ministério da Saúde
PEAD	Plano Emergencial de Ampliação ao acesso ao Tratamento e
Prevenção em álcool e outras drogas	
PSF	Programa de Saúde da Família
PSR	População em Situação de Rua
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Do Fenômeno à Fenomenologia-Existencial e ao Fenômeno das Ruas .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 A População Em Situação De Rua (PSR) .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Encontro Na Rua: Uma Abordagem Fenomenológica-Existencial .....</b>	<b>29</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Pessoas em situação de rua sempre existiram em todas as partes do mundo, fato este bem apresentado por Foucault em **História da loucura**, e retratado na arte através da “nau dos loucos”, quando os governantes sem saber o que fazer com a população que ficava nas ruas, inclusive leprosos, loucos, desviados, mendigos e outros, colocava-a em barcos e a enviava a outros destinos, inclui-se aí a parada final, a morte. Porém, no Brasil, a partir da década de 1950, por inúmeros fatores, o que era apenas fato foi ganhando proporções enormes e se tornou um fenômeno social. Em resposta a este, foi criada em 2009 a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PSR) e, para atender a demanda de saúde específica desse público, em 2011, foi implantado pelo Ministério da Saúde o Consultório na Rua (CnR). Nas últimas décadas, o número estimado da PSR tem aumentado consideravelmente e, em razão da pandemia, só piorou. Apesar das políticas públicas já estabelecidas, a violação de direitos se mantém, mesmo dos direitos básicos: a dignidade da pessoa humana, alimentação e moradia.

**Encontro na rua:** uma abordagem fenomenológica-existencial surgiu da experiência desta pesquisadora como psicóloga da equipe do Consultório na Rua. Enquanto profissional, diante dos desafios de oferecer cuidado e acolhimento a um público tão vulnerável, vários questionamentos foram despertados. A abordagem fenomenológica-existencial é uma diretriz para o trabalho psicoterapêutico que tem em suas raízes fundamentos antropológicos e filosóficos do existencialismo e se instrumentaliza pela metodologia fenomenológica. No processo psicoterapêutico, as sessões ganham a dimensão de “Encontro”. A relação dialógica ou o encontro é um dos pilares da clínica fenomenológica existencial, é nesse espaço do “entre” que psicoterapeuta e cliente irão se aproximar a ponto de a relação se tornar solo fértil para que o cliente se abra para se realizar, para encontrar seu modo autêntico de existência. Um encontro tão genuíno sustentado pela confiança construída a partir de vários encontros poderia acontecer fora do *setting* do consultório? Esse encontro dialógico relacional pode acontecer em outros espaços, como nas ruas da cidade?

Assim, o objetivo desta pesquisa é examinar a articulação da abordagem fenomenológica-existencial com a população em situação de rua. Para tanto, em revisão da literatura foram investigados a abordagem fenomenológica-existencial, a

população em situação de rua-PSR, a origem do programa CnR e a articulação da abordagem fenomenológica-existencial com a PSR. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória que visa favorecer o contato com o problema da pesquisa e, dessa forma, proporcionar maior visibilidade e o desenvolvimento de ideias. A revisão bibliográfica foi realizada através de buscas em bases científicas de artigos, monografia, dissertação, teses de doutorado e livros sobre o tema. O embasamento teórico teve como base os estudos de Husserl e Heidegger; também contribuíram muito para a compreensão destes outros autores como: Augras, Bello, Boff, Dartigues e Feijoo.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Do Fenômeno À Fenomenologia-Existencial e ao Fenômeno Das Ruas

“Fenômeno”, substantivo masculino conforme a classificação de palavras, é definido como “acontecimento passível de observação; manifestação, fenômeno da natureza, na filosofia é tudo aquilo que está sujeito à ação dos nossos sentidos, ou ainda o que nos sensibiliza, nos afeta seja física, psicologicamente” (FENÔMENO, 2022). A derivação “fenomenologia” por si só já é complexa na grafia e na dicção, a língua costuma enrolar um pouco até se acostumar com o pronunciamento correto. Por “fenomenologia” compreende-se, “o estudo dos fenômenos; análise comparativa ou estudo descritivo dos fenômenos, de tudo que se pode observar na natureza. É a descrição filosófica dos fenômenos, em sua essência aparente e ilusória” (FENOMENOLOGIA, 2022). É importante grifar aqui “descrição” e “essência”, termos que serão abordados com profundidade ao explorar o método fenomenológico.

Segundo Dartigues (2002) na introdução de seu livro **O que é fenomenologia?** num sentido amplo, etimologicamente, a fenomenologia é a ciência que estuda o fenômeno e fenômeno é tudo o que aparece. Contudo, apenas a etimologia não é suficiente para explicitá-la, mas a cronologia da expressão, ou seja, o contexto histórico pode ser mais claro, pois a fenomenologia constitui-se como um acontecimento importante dentro da história da filosofia.

O termo “fenomenologia” aparece pela primeira vez na publicação de **O novo órganon**, em 1764, de Johann Heinrich Lambert (1728-1777) e era entendido por ele como a teoria da ilusão sob suas distintas formas. Dartigues (1992) sugere que é por influência de Lambert que Kant (1724-1804) volta ao vocábulo e, em 1770, numa correspondência ao próprio Lambert, refere-se a uma fenomenologia geral e a nomeia como disciplina preparatória da metafísica.

Nessa nomeação dada por Kant, já é possível vislumbrar a relevância dessa filosofia que ainda nem nasceu, fenomenologia deveria ser a introdução para a metafísica, a filosofia primeira, conforme Aristóteles a classificou, o estudo do ser, enquanto ser.

De acordo com Dartigues (1992), é com a **Fenomenologia do espírito**, de 1807, escrita por Hegel (1770-1831), que a expressão ingressa na filosofia. Entretanto, é através de outro pensador, Edmund Husserl (1859-1938), que terá início a corrente de pensamento com o nome de fenomenologia. Nos estudos de Husserl, a

fenomenologia se apresenta como a ontologia, pois, para ele, o sentido do ser e do fenômeno não podem ser separados. Sua tentativa é a de substituir uma fenomenologia com limites por uma ontologia improvável, uma outra que incorpore e exceda essa fenomenologia por uma que não seja diferente da ontologia, mas que seja a própria fenomenologia do seu jeito: uma interpretação do ser.

O contexto histórico da origem da fenomenologia se dá em meio a um período de ceticismo e crises: da filosofia, crise subjetiva do próprio Husserl, por isso suas obras foram submetidas a uma vivência de uma crise de cultura. Na falta da filosofia, é a ciência que se sobressai, ciência investigativa, alicerçada no positivismo. A matemática e a Psicologia são as duas ciências que entre outras são consideradas importantes. As investigações no campo matemático são conhecidas por Husserl, que se formou em matemática (DARTIGUES, 1992; HUSSERL, 1958).

Porém, segundo Dartigues (1992), no final do século XIX, o domínio da ciência e suas bases começam a ser questionados e a convicção do positivismo é enfraquecida. Muitas indagações são levantadas e para algumas delas houve um retorno à filosofia através do pensamento de Kant. Mas e quanto às questões que o método objetivo não alcança? Estas nem o sujeito puro de Kant consegue abarcar. Husserl decide então entregar todo seu tempo para encontrar uma resposta a essa questão e, para isso, deixa em 1884 o cargo, recém-adquirido, de assistente de Weierstrass.

Contemporâneo de Husserl, Brentano e seu novo método de conhecer o psiquismo contribuiu muito. Em primeiro lugar, quando fez a distinção entre fenômenos psíquicos e fenômenos físicos, porque aqueles possuem uma intencionalidade, a visada de um objeto. Em segundo quando sustentou que esses fenômenos podem ser percebidos, pois é essa percepção que dá origem ao conhecimento que deles temos e, por sua vez, compõe o seu conhecimento principal. Husserl, então, descobre Franz Brentano e seu novo método de conhecimento do psiquismo. Assim, a investigação do campo de consciência e dos modos de relação com o objeto feita por Brentano e outros vai marcar o tema que será examinado por Husserl e sua filosofia. Mas as pesquisas de Brentano se concentram apenas na descrição e não conseguem responder às questões fundamentais para Husserl, por isso ele propõe, com base na Psicologia descritiva de Brentano, uma fenomenologia, ou seja, ele passou pela teoria de Brentano para chegar à fenomenologia (DARTIGUES, 1992). “Um ultrapassamento da Psicologia descritiva de Brentano e

verifica necessário e é este ultrapassamento que Husserl realizará sob o nome de fenomenologia” (DARTIGUES, 1992, p. 7). É importante observar que já começa a se delinear a característica da fenomenologia, a descrição do fenômeno, mas, para Husserl, só a descrição não era suficiente para fornecer as explicações para suas indagações.

Dartigues (1992) conclui que a resposta para o que é fenomenologia não é única, mas várias, sendo talvez muito distantes uma da outra, mas todas conectadas a um princípio original, as obras de Husserl. “Por isso poderíamos dizer, explorando a imagem da fonte, que essa se tornou após as primeiras obras de Husserl como que um rio de múltiplos braços que se cruzam sem se reunir e sem desembocar no mesmo estuário” (DARTIGUES, 1992, p. 6).

O tópico basicamente original da fenomenologia é o termo “transcendental”, que pode ser compreendido por meio do ato da percepção, a estrutura percebido/percepção é própria da organização transcendental do ser humano. A percepção, que se traduz por estrutura transcendental, é comum a todos os seres humanos. Portanto, ela transcende, ultrapassa a concretude do objeto físico. Essa estrutura é composta de atos compreendidos como vivências das quais os seres humanos têm consciência, ou seja, vivências são experiências que, ao serem percebidas, tornam-se também experiências conscientes, em outras palavras, temos consciência delas, as quais são: reflexão, lembrança, memória, imaginação, fantasia (BELLO, 2004). Se olho para o ipê amarelo, além da percepção do olhar, tenho também a consciência de estar olhando para um ipê amarelo e posso também refletir sobre esse olhar ou sobre o ipê, ou, depois de deixar de vê-lo, resgatar sua imagem pela recordação.

A percepção é muito importante e remete ao sensorial do corpo, ou seja, àquilo que é captado pelos cinco sentidos. Husserl se dedicou ao estudo da corporeidade e concluiu que podemos captar o que os outros sentem ou vivem, porque vivemos ou sentimos as mesmas coisas, mesmo em tempos diferentes, porque existe uma vivência que significa sentir, ter a capacidade de apreender algo, de assimilar, de perceber (BELLO, 2004).

Essa capacidade de sentir o que o outro sente provoca afeição ou repulsa, simpatia ou antipatia. Para Husserl, esse é um ato diferente da percepção e do sensorial, da corporeidade, é um ato da dimensão emocional e afetiva, que corresponde aos atos psíquicos e pertence à psique. Já as vivências do intelecto, que



envolvem o querer, aqueles atos que não são apenas sensação ou reação, mas passam pela reflexão, que partem da vontade, pertencem à dimensão do espírito. Assim, o ser humano experimenta vários tipos de vivências com características distintas, mas todas elas partem destas três dimensões: corpo, psique e espírito. Portanto, ao contrário da divisão binária postulada por Descartes, para Husserl, o homem é trio (BELLO, 2004).

A síntese principal é que as pesquisas de Husserl sobre a filosofia da aritmética provocaram uma polêmica e, por isso, ele transferiu sua concentração para a lógica, com a questão da diferença entre pensamento e psique. E o resultado é sua obra **Investigações lógicas** (1900-1901), que ele mesmo instituiu como análise fenomenológica, cujo foco era o conhecimento do ser. Mas, durante a criação desta, ele inicia a pesquisa de um novo método de conhecimento, que terá sua forma bem delineada nos seus escritos **A ideia da Fenomenologia e Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. O termo “ideia” deve se referir ao que Husserl queria expor para seus leitores, quais eram seus pensamentos, seus raciocínios sobre a fenomenologia pura.

Assim, com a criação do novo método que pode ser utilizado tanto em assuntos filosóficos como tradicionais, abre-se espaço para o início da filosofia fenomenológica. E quando se muda de Göttingem para Friburgo com os jovens estudantes que o seguiam, Husserl funda então uma escola filosófica. Heidegger, que se dedicava aos estudos do tema do ser, vai buscar na fenomenologia, o novo método de Husserl, uma nova possibilidade para abordá-lo (BELLO, 2004).

Dessa forma, em sua busca pela resposta da diferença entre psique e pensamento, ou seja, da dimensão afetiva e do espírito, Husserl se volta para outra questão mais profunda: quem é este que sente e pensa? Para responder a essa indagação com a cientificidade que toda ciência requer, ele propõe um novo método, o fenomenológico. Nesse ponto de construção de conhecimento sobre a fenomenologia, é importante que se faça um esclarecimento, o qual resultará em um recorte. Como bem ressaltou Dartigues (1992), a resposta para o que é fenomenologia não é uma, mas várias, ou seja, em razão da grande complexidade e amplitude dessa filosofia, muitas fenomenologias foram criadas tendo como base a fenomenologia de Husserl. Portanto, especificar qual a fenomenologia que será analisada é fundamental, assim, a partir daqui a pesquisa irá caminhar para o conhecimento da fenomenologia-existencial.

A fenomenologia atravessa os anos e chega à atualidade, sendo bastante difundida na França e na Itália. Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) e Jean Paul Sartre (1905-1980) são dois filósofos franceses que usaram o método fenomenológico para suas análises. Mas ao contrário de Husserl que não se interessava pelo tema da existência, e sim pelas essências, esta será a grande questão da nova escola fenomenológica na França. O ambiente cultural depois de duas guerras mundiais pode ter contribuído para isso, a existência humana foi ameaçada. Seja em Heidegger na Alemanha ou Merleau-Ponty e Sartre na França, ambos vão retomar o tema da existência através do método fenomenológico de Husserl, dando voz ao existencialismo (BELLO, 2004).

A filosofia existencialista, ou o existencialismo, também teve sua origem na Alemanha e na França, e existe um consenso que esta nasceu das teorizações do filósofo dinamarquês Soren Abye Kierkegaard (1813-1855). A essência do ser se concretiza na sua existência, assim, a expressão máxima do existencialismo é: a existência precede a essência. Kierkegaard se opôs ao sistema filosófico de Hegel, no qual o homem era percebido como uma ideia universal, e a essência ganhava destaque em relação à existência. Esta pode ser pensada como a relação constante da consciência com ela mesma e com o mundo exterior a ela, é um constante inventar-se como, um sucessivo projetar-se, vir-a-ser. Assim, a essência não pode ser afirmada como isto ou aquilo, posto que o homem é um plano de se criar constantemente. Em sua existência, o homem tem que fazer escolhas a todo tempo, o que será no futuro, no tempo seguinte, só na existência poderá ser (ERTHAL, 1989).

Outro filósofo que definitivamente contribuiu com a filosofia existencial foi Heidegger (1889-1976), sendo o primeiro a usar o método fenomenológico de Husserl como instrumento importante para construir sua análise existencial. Ele ainda conseguiu o feito de unir o existencialismo de Kierkegaard e a fenomenologia. Em sua investigação sobre a questão do ser, Heidegger se depara com o único ser que questiona pelo ser: o ser existente, a quem denominou como *Dasein*, o ser-aí ou ente. A definição do ser só é possível através do estudo do existente, concreto do ente (ERTHAL, 1989). Esse ponto marca uma diferença entre aluno e professor, pois enquanto este se debruçava em busca da essência ou do sentido através do fenômeno que é captado pela intuição/percepção, colocando entre parênteses a existência, o factual, aquele colocava em evidência o ser em relação e sua existência.

Em Heidegger, o método fenomenológico consistirá na busca do sentido das coisas, para realizar uma analítica da existencialidade. E é o modo de ser do humano que funda as coisas, dando-lhes sentido. É através do método que se vai buscar esse sentido do ser, naquilo que se dá direta e imediatamente. O fenômeno é o que se mostra a si mesmo; à maneira do ente, portanto o fenômeno é o que transparece, mostrando-se em si mesmo. De uma forma ou outra, o ser mostra-se, seja de forma velada, encoberta ou desfigurada. A atitude fenomenológica dará caminho na descoberta do sentido do ser. (FEIJOO, 2010, p. 39).

“Método” é “um substantivo masculino e significa: modo usado para fazer alguma coisa, técnica, método científico” (MÉTODO, 2018). A palavra “modo” nos remete a um padrão específico para se chegar a um objetivo, e a técnica amplia o conceito, um conjunto de padrões, processos esquematizados, uma visão bem mecanizada da palavra.

Porém, Bello (2004), em sua contribuição sobre o método da fenomenologia, aborda a palavra na sua origem grega, *Meta-odos*, que significa “eu vou andar, atravessar o caminho”, ou seja, método quer dizer o caminho que se anda, atravessa, explora para se chegar a um lugar. Nesse caminhar do método fenomenológico, o primeiro ponto é a capacidade de intuição, ou seja, a inclinação para entender mentalmente, compreender, apreender o sentido ou a essência das coisas. Sendo “essência” um vocábulo de origem latina e que equivale no grego ao termo *eidos*, do qual procede o elemento ideia. Assim, na apreensão, na capacidade de captar, do *eido*, da essência, das coisas, alcançamos a ideia da coisa. O primeiro ponto do método consiste, então, em destacar a capacidade imediata de apreensão dos *eidos*, da essência, sentido das coisas. Para o filósofo e matemático, a essência era a questão principal, opondo-se ao positivismo que considera apenas o fato concreto. A existência tem sua importância, mas a ele não interessa, por isso sugere a operação da matemática de se colocar entre parênteses aquilo que existe, mas que para o método fenomenológico não é a questão principal, e sim o voltar-se para o sentido das coisas, sua essência. Esse primeiro passo recebe a denominação de redução eidética, redução à essência.

No caso da redução eidética, nós tiramos a existência fatural, sendo que permanece a essência. Isto significa: redução à essência. Não se trata de negar a existência, mas apenas de colocá-la de lado. Uma espécie de liquidação. Para Husserl, a existência é um fato óbvio, não é aquilo que interessa, sendo que o que interessa é colocar em evidência a essência. (BELLO, 2004, p. 85).

O segundo passo do método é a redução ao sujeito, que significa colocar entre parênteses a estrutura humana, igual em todos os sujeitos humanos, para se chegar a quem é o eu. Para isso acontecer, é necessário se desfazer de tudo o que é

circundante, o mundo, a natureza e até Deus. A redução parte do eu para alcançar a experiência, não importa o fato nem as ideias, diferente de Descartes, mas sim como a experiência ocorre, ou seja, compreendida em toda sua amplitude. Prosseguindo em suas investigações, o professor, na redução ao sujeito e em sua análise do que há no sujeito, depara-se com a percepção e define o ato da percepção como um *Erlebnis*. Ou seja, o que é vivido, ou vivência nas línguas derivadas do latim, através da sensação é registrado e, por meio desse registro, torna-se consciência. Analisando o ato de perceber, Husserl chega ao conceito fenomenológico da intencionalidade, que é o inclinar-se para o objeto. Para a fenomenologia, o que importa não é a diferenciação absoluta entre sujeito e objeto e sim a relação intencional que os liga, a intencionalidade (BELLO, 2004).

A redução fenomenológica seria o caminho para se evitar o movimento e alcançar o conhecimento por ele mesmo. Husserl, em **A ideia da fenomenologia**, deixa os debates infrutíferos sobre a origem do conhecimento e sugere uma disciplina universal das essências. Assim, sujeitos e objetos não são reduzidos a eles próprios, na fenomenologia estes são ligados e estão relacionados a uma consciência intencional (FEIJOO, 2010). Desse modo, “Toda a consciência, por sua vez, é consciência de alguma coisa, o que caracteriza a intencionalidade da consciência” (FEIJOO, 2010, p. 35).

Em síntese, a atitude fenomenológica requer um método particular, sendo o primeiro ponto a redução eidética ou redução à essência, e o segundo ponto a redução ao sujeito ou redução transcendental, ou seja, redução do que é comum em todos os sujeitos. “A toda a vivência psíquica corresponde, pois, por via da redução fenomenológica, um fenômeno puro, que exhibe a sua essência imanente (singularmente tomada) como dado absoluto” (HUSSERL, 1958, p. 45).

Segundo Bello (2004), a esse método se coloca uma dificuldade porque, enquanto existência ao vivenciar, as vivências ocorrem no corpo, na psique e no espírito, dimensões distintas, daí a necessidade de uma análise para separá-las. Para se ter sucesso no exercício desse método, é primordial um engajamento num movimento intelectual. “Trata-se de um movimento intelectual e ético do ser humano; trata-se da disponibilidade para procurar e da disponibilidade para aceitar aquilo que se apresenta, e este é um caminho árduo” (BELLO, 2004, p. 80).

O fazer da clínica psicológica também se encontra nesse trajeto penoso, devido à complexidade do ser e de sua existência e à variedade de contextos econômicos,

sociais e culturais. Por isso, uma abordagem fundamentada em padrões e em dados universais não conseguirá êxito, porque é necessário ter um olhar apurado e escutar aquilo que é singular, idiossincrático de cada ser, considerando sua existência a partir de suas relações estabelecidas dentro de um contexto particular. Essa característica de uma clínica que busca o sentido e a descrição dos fenômenos tais como eles aparecem se faz mais necessária e, ao mesmo tempo, mais difícil quando envolve vulnerabilidade social e risco como um fenômeno social: a população em situação de rua.

A pergunta que deu origem a esta pesquisa surge aqui neste ponto: é possível para um psicólogo que se orienta pela fenomenologia-existencial atuar com uma atitude fenomenológica diante de um público de extremas vulnerabilidades e com altíssimo grau de risco? Caso seja possível, como seria essa atuação? Para Augras (1986), isso é viável por meio da Psicologia descritiva que se apoia em uma filosofia que contempla as diversas dimensões do homem. E é através da fala do cliente, seja nas entrevistas e nas provas, que sua realidade é revelada, portanto será ela o objeto de análise para lançar luz em suas vivências “a sua história (o tempo), o seu corpo (espaço), a sua estranheza (o outro), o seu fazer (a obra)” (AUGRAS, 1986, p. 25), isso na área do diagnóstico.

Apropriando dessa orientação de Augras (1986) para o diagnóstico, as categorias tempo, espaço e o outro serão analisadas aqui e, posteriormente, no terceiro capítulo, o conceito de espaço será retomado, fundamentado na analítica existencial de Heidegger e no conceito de habitar existencial, articulado com os discursos da população em situação de rua e o espaço da rua.

O tempo, de acordo com a física contemporânea, não existe, é uma criação do homem, este não seria dimensão do mundo, mas sim uma orientação importante do ser. Ele não é exterior ao homem, mas sua extensão e origem da realidade humana. É o homem seu criador, mas não seu regente; abordar o tempo é colocar em evidência o paradoxo do homem, sua angústia diante de sua existência como projeto e sua brevidade, seu poder criador e sua incapacidade de controlar tudo, sua vida e sua finitude. Diferente da abordagem limitada da Psicologia tradicional a respeito do tempo, a fenomenologia amplia a visão dessa categoria orientadora definindo o tempo como construção. Em suas teorizações sobre o tempo, Augras (1986) analisa a vivência temporal e classifica o tempo em estágios: tempo sagrado e tempo histórico. A função do tempo sagrado e histórico é um esforço para ultrapassar a dor e a morte.

Enquanto o tempo individual é construído com base no tempo biológico e social (AUGRAS, 1986).

Para essa autora, a análise da vivência espacial do cliente é muito importante na prática clínica. É pelos limites corporais que as dimensões espaciais são construídas, tendo como seu centro o ser. A abertura e a orientação do espaço acontecem com a movimentação do ser no mundo. A definição postulada por Heidegger do ser-aí, *Dasein*, ou seja, ser localizado no aí que é espaço no mundo, já aponta para a espacialidade como uma característica ontológica do homem. A extensão do corpo que se constitui como espaço próprio não pode ser violada. É uma condição fundamental para a sobrevivência, assim como os limites do corpo, o espaço próprio ou literalmente o espaço vital deve ter suas extensões respeitadas a todo custo. A preservação ou a ampliação do território foi o tema principal de toda narrativa histórica do mundo, isso porque a violação dos limites territoriais produz dor e sofrimento mais do que qualquer outro atentado. Sendo o espaço primitivo a morada do homem, o seu sentido pode ser abordado pelo estudo do espaço construído historicamente por ele para sua proteção, sua casa. Assim, a casa oferece proteção e pode ser considerada extensão do corpo, em razão disso é um território próprio.

Segundo Augras (1986), para a fenomenologia existencial, o mundo do ser humano é fundado nas relações, seja com os outros ou com os objetos, é o mundo da coexistência. Mas ele não acontece como contradição nem como uma interdependência, não significa que um se ligue ao outro para formar um novo, mas sim que há um encontro que acontece no meio ambiente, no mundo. A especificidade estrutural da coexistência permite a compreensão da existência do outro, e é por meio dessa compreensão que ocorre a compreensão de si. Ou seja, o outro é como eu, mesmo com as diferenças, eu e o outro temos uma estrutura transcendental, a capacidade de reflexão, a consciência do meu eu, do outro e do mundo à minha volta. A coexistência é marcada também pela estranheza, “O outro fornece um modelo para a construção da imagem de si. Por ser outro, contudo ele também revela que a imagem de si comporta uma parte igual de alteridade” (AUGRAS, 1986, p. 56). A parte igual de alteridade significa que tanto em si como no outro existe algo que é igual, mas que também é distinto.

Coexistência nos remete a grupos, comunidades, sociedades, culturas e, para Husserl, os fenômenos são *Erlebnisse*, ou vivências, mas também são culturais e sociais e podem ser estudados. Para ele, a questão a se fazer diante desses fenômenos é:

de onde eles nascem? Eles nascem do sujeito (BELLO, 2004). Ao pesquisar sobre o fenômeno da rua, a população em situação de rua, o foco será o macro, o grupo e suas complexidades, diversidades e peculiaridades nesse existir, coexistindo nas ruas. Entretanto, o objetivo é sair do macro e ir até o sujeito, para, num encontro fundamentado na abordagem fenomenológica-existencial e no método fenomenológico, buscar os sentidos que são construídos na existência na rua.

## 2.2 A População em Situação de Rua (PSR)

O fenômeno da população em situação de rua (PSR) é tipificado na Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo decreto nº 7.503, de 23 de dezembro de 2009. Mas antes de falar dela é necessário um pequeno retrocesso histórico para entender qual contexto deu origem a esse marco legislativo. Entre tantas violações de direitos sofridas por esse público, algumas ganharam destaque midiático, como a chacina da candelária no Rio de Janeiro, em 1993, onde 8 jovens foram assassinados a tiros (BRITO, 2016), e em 19 de agosto de 2004 houve outra chacina, dessa vez em São Paulo, na Praça da Sé, onde sete moradores de rua foram assassinados (ALBUQUERQUE, 2015).

Este último ocorrido definitivamente comoveu o país inteiro e provocou a efervescência do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que abriu a construção do conhecimento sobre essa população. Sempre houve na história pessoas que viviam nas ruas, os viajantes, os andarilhos, os leprosos, mas enquanto fenômeno estima-se que seu surgimento aconteceu na década de 1950. O motivo pode ser atribuído ao grande êxodo do campo dos estados do norte e nordeste, em parte por causa da substituição do capital humano pela mecanização e também porque as pessoas foram atraídas pelas grandes construções de urbanização, principalmente para as regiões do sudeste do país. Esses fatores provocaram o aumento populacional nas grandes cidades, uma vez que as pessoas foram em busca de novas opções de sustento, e são apontados como possíveis causas do surgimento da população em situação de rua como um fenômeno social (BRASIL, 2009).

Sousa e Macedo (2019) contribuíram ao afirmar criticamente que a racionalidade hegemônica, que há anos conduz a profissão da Psicologia, tende a compreender os fenômenos de modo simples e impróprio, como a ação de individualizar a questão social ao limitá-la ao campo da responsabilidade e da fatalidade individual. Por isso se faz necessário que alguns dados sejam restaurados por meio de análise histórico-crítica para questionar a visão reducionista e usual de forma a abarcar a multifatorialidade. A questão é bem mais complexa, e o fenômeno PSR precisa ser analisado como uma questão social, pois seu aparecimento está ligado à formação social do Brasil, ao legado simbólico e aos pecúlios da colonização,



que produziram um capital humano que não foi incorporado e sim intensificado, devido à divisão do trabalho e à lógica capitalista.

Porém, em contrapartida à crítica de Sousa e Macedo (2019), o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, em **A psicologia e a população em situação de rua**: novas propostas, velhos desafios, busca compreender o fenômeno PSR através da criação do Estado de Direitos e dos processos de exclusão. Para isso, recorre a autores como Sawaia e Sposati, entre outros, e conclui que a desigualdade social e os processos de exclusão são resultados de uma sociedade que, desde o início, estruturou-se de forma muito desigual (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2015).

Sem a possibilidade de definir data correta para seu surgimento, mas com o aumento dessa população, paralelamente foram surgindo grupos ligados às igrejas que prestavam ajuda levando itens básicos; e, com o passar do tempo, esses grupos perceberam a necessidade de se organizarem como movimentos, entre estes o movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis. Novas formas de assistências também foram aparecendo em cooperação com universidades e outros setores para atender os pedidos desse coletivo. Assim, também com muita firmeza, através dessas parcerias, as reivindicações começaram a chegar às entidades públicas, e isso tudo favoreceu o surgimento do Movimento Nacional da População de Rua (BRASIL, 2009).

Foram eles que, como veremos adiante, nos ajudaram a formar o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), movimento que passou a ser um valioso instrumento na luta social e política da população em situação de rua, fazendo ecoar ainda mais forte o grito vindo da rua. (BRASIL, 2009, p. 177).

No festival Lixo e Cidadania de 2004, promovido pelo movimento dos catadores de recicláveis, com participação do recém-criado Movimento Nacional da População de Rua, aconteceu o encontro entre os movimentos, os especialistas nas proposições do público-alvo e o poder público, que já saíram de lá com reuniões agendadas com os dirigentes de Belo Horizonte e de São Paulo e conquistaram as primeiras pautas. Já em 2005 aconteceu o primeiro encontro Nacional sobre a população em situação de rua, essa foi a primeira vez que um governo federal se reuniu com os moradores de rua (BRASIL, 2009).

Em 2006, foi criado pelo presidente da época o grupo de trabalho interministerial formado por seis ministérios, pela sociedade civil, representada pela pastoral do povo da rua e pelo Movimento Nacional da População de Rua, todos com

o objetivo de elaborar uma política para legitimar direitos inclusivos aos moradores de rua. Mas, para elaboração de qualquer política, faz-se necessário conhecer primeiramente o perfil do público-alvo. Por isso, através do trabalho interministerial, aconteceu também o primeiro censo nacional da população em situação de rua, mesmo que a cobertura não tenha sido em todas as cidades do país, houve um levantamento em 71 municípios sobre o perfil desses cidadãos. O resultado do censo e do trabalho do grupo interministerial e da mobilização social culmina na criação da Política Nacional para a População em situação de rua (BRASIL, 2009).

É importante destacar, aqui, porque foi feito esse retrocesso histórico antes de apresentar a política pública que classifica o fenômeno social. A escolha por esse caminho é justamente para expor a origem do primeiro censo e a política da população em situação de rua. Assim como todas as grandes conquistas sociais (Diretas já, a criação do SUS – Sistema Único de Saúde), estas também aconteceram por causa da mobilização social dos movimentos e das entidades civis, que se uniram e se fortaleceram para, como atores na arena de jogos políticos, defender a inclusão dessa população. Assim nasce a Política Nacional para a população em situação de rua, que no seu primeiro parágrafo tipifica o fenômeno.

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária. (BRASIL, 2009, documento não paginado).

O primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a PSR realizado entre agosto de 2007 e março de 2008 identificou 31.922 pessoas com mais de 18 anos, crianças e adolescentes não entraram na pesquisa, em situação de rua, distribuídas nas 71 cidades brasileiras (BRASIL, 2009). Nesse censo não foram incluídas as cidades: São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília, pois elas já tinham seus próprios levantamentos (IPEA, 2016).

As principais causas apontadas para a situação de rua foram: alcoolismo e drogas 35,5%, desemprego 29,8% e conflitos familiares 29,1%, e os motivos se entrelaçam sugerindo uma correlação entre eles. O perfil dos entrevistados revela a prevalência de homens, sendo 82% em relação às mulheres, no quesito raça/cor 39,1% se declararam pardos; 29,5%, brancos e 27,9%, pretos (BRASIL, 2009). Já se observa nesse primeiro e único censo a grande incidência de pardos e negros nesse público, ou seja, as desigualdades sociais, o racismo estrutural que impregna nossa

sociedade vai retirando dos cidadãos os direitos básicos constitucionais como: dignidade da pessoa humana, saúde, trabalho e até o direito à moradia.

Analisando a historicidade dos multifatores do fenômeno PSR e o impacto da colonização na formação social do país, percebe-se que “Interessa compreender os desdobramentos dessas particularidades, em especial, a partir do regime escravocrata, que forjou uma sociedade rígida e dicotomizada na figura do senhor-escravo e impossibilitou outras formas de inserção produtiva” (SOUSA; MACEDO, 2019, p. 5).

Após treze anos desde o primeiro censo nacional sobre a PSR, nenhum outro levantamento nacional foi realizado. Segundo Dias (2021), no relatório técnico-científico **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil** de 2021, fruto do projeto de pesquisa e extensão “Incontáveis”, do Polos-UFMG e do Observatório de Políticas Públicas para a PSR, nunca foi realizado um censo nacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a PSR. Foram realizadas apenas estimativas como a do IPEA, que apontou uma PSR calculada em 101.854 pessoas em 2015 (IPEA, 2016), e essa é uma reivindicação antiga do Movimento Nacional da População de Rua.

Por isso, devido à falta de dados concretos, em março de 2020, foi solicitado ao Polos-UFMG, pela Defensoria Pública da União, dados quantitativos da PSR no Brasil para a vacinação contra COVID-19. Foram utilizadas as bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). Os levantamentos apontaram para um total de 160.097 pessoas em situação de rua, dessas 142.310 estão na linha da extrema pobreza. No apêndice da raça, 50.318 pessoas se declararam brancos; 25.854, pretos; 82.751, pardos; 362, indígenas e o restante, amarelos ou não opinaram. Há um total de 22.363 mulheres, 6.332 delas se declararam brancas; 4.021, pretas; 11.809, pardas; 78, indígenas e o restante, amarelas ou não opinaram. A maior parte dessa população está concentrada na faixa etária entre 18 e 59 anos com um total de 138.997 pessoas, há um contingente de 16.088 idosos, 2.523 crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos em idade do ensino fundamental e do ensino médio, e 2.489 crianças em idade escolar (DIAS, 2021).

Novamente, o levantamento aponta para uma PSR que, em sua maioria, é parda e negra. São vidas que têm seu direito existencial com dignidade humana negado e muitas terminam com um final trágico, encarceradas ou mortas. Para Dias

(2021), os dados revelam as sequelas de uma desigualdade social que é potencializada pelo racismo estrutural.

Considerando a estreita relação do fenômeno da população em situação de rua com o racismo estrutural no país, como pode-se constatar a partir dos dados disponíveis sobre o povo da rua e algumas importantes análises sobre as violências secularmente praticadas contra as vidas negras no Brasil, é imperativo e urgente que as suas existências sejam não somente contabilizadas, reconhecidas e respeitadas, mas parem de ser violadas, estigmatizadas, patologizadas, criminalizadas, encarceradas e eliminadas. (DIAS, 2021, p. 47).

Cavagnoli, Moterle e Moro (2020), em sua contribuição para a construção do conhecimento sobre a PSR, realizaram uma pesquisa cartográfica com o objetivo de revelar os modos de expressões de vida da pessoa em situação de rua, ou seja, aquele que vive na fronteira e no limite, e constataram que a situação de rua produz uma vivência paradoxal: ao mesmo tempo que é criação, força e autonomia, também é um devir que permanece ligado aos padrões que dominam e modulam a construção da vida. O estudo foi fundamentado em três eixos orientadores que se configuram como a representação dos esforços diversos empenhados ao regimento da construção do território: a trajetória de um devir anômalo, o encontro com as políticas públicas e a relação com a alteridade e a percepção da situação de rua.

Mas o que vem a ser anômalo? “Anòmalo” é um adjetivo que não é mais usado e difere do adjetivo anormal cuja origem é latina e significa aquele que não obedece a nenhum regramento. Já “Anòmalo” ou “anomalia”, de origem grega, qualifica o diferente, aquele com aparência rugosa e escabrosa, sem acesso a territórios econômicos, simbólicos, a recursos e bens. “Nem indivíduo, nem espécie, o que é o anòmalo? É um fenômeno, mas um fenômeno de borda” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 21-22).

Assim, a rua é essencialmente área de escape, que se abre para a construção de relações e para a percepção da existência como trajeto errante, e essa trajetória anômala não é estabelecida nem fundada, muito pelo contrário, é um constituir-se em encontros com os outros, cheio de quebras, obstáculos e aprisionamentos, que acontecem na coexistência. A existência em situação de rua define a margem da norma vigente e, por sua vez, a marginalização, com toda a complexidade que a constitui, estabelece relações heterogêneas (CAVAGNOLI; MOTERLE; MORO, 2020).

Para continuar como existência, virando noite e dia nas ruas, debaixo de chuva, sol e frio, alimentado ou com fome, sóbrio ou anestesiado pelo álcool, *crack* ou um

baseado, em ilusória segurança ou sob ameaça, num aqui-agora que parece nunca acabar porque não existe base sólida para projetos e nem um vir-a-ser. Portanto, sem futuro e sem passado, porque a lembrança de que o ontem foi mais um dia igual/diferente nas ruas é muito dolorosa, então o passado, o ontem, é apagado no vício da droga, da rua ou num apagamento existencial que produza uma certa proteção para o insuportável sofrimento de existir na rua.

Este fluxo incerto abre a experiência da pessoa em situação de rua a descontinuidades, mudanças de natureza e desestabilizações. Neste percurso tortuoso, as paradas são breves e as tormentas constantes, produzindo variações provocadas pelas relações, e não por anormalidades endógenas. São suas conexões e fugas traçadas a cada agenciamento com o plano instituído, que permitem compreender tal devir em encontros situados na cidade, mobilizando sentidos revelam particularidades emaranhadas ao uso de espaços coletivos, nos encontros com as Políticas Públicas e na relação com as pessoas, sempre permeadas tanto pela fabulação criadora, quanto pelo sofrimento engendrado e vivido em meio a estas experiências. (CAVAGNOLI; MOTERLE; MORO, 2020, p. 93-94).

O encontro com as políticas públicas provoca, em alguns casos, uma tensão entre o alistamento desse modo de existência próprio das ruas, errante, com a estrutura macro das políticas públicas; e os resultados desta suscitam conflitos entre as diferentes realidades, que acabam provocando um distanciamento dos serviços oferecidos. Na pesquisa de Cavagnoli, Moterle e Moro (2020), isso ficou evidente com a dificuldade de acessar o serviço de saúde por não ter documentos.

Esse é um grande gargalo da oferta da saúde pública na atenção básica à PSR, é um direito universal garantido pela lei maior da saúde pública, nº 8080/90, mas também reafirmado no princípio da equidade da Política Nacional da População em Situação de rua, ou seja, tratar a todos com igualdade, mas com diferença os desiguais, o que significa maior oferta de serviços para aqueles que mais precisam. Já a Portaria nº 940/2011, que institui o cartão nacional do SUS, no 1º parágrafo do artigo 23, isenta esse público da obrigatoriedade de apresentar o cartão e o comprovante de residência. Este último, mais uma vez, foi dispensado da obrigatoriedade de apresentação para garantia de atendimento também pela lei nº 13.714 de 2018 (BRASIL, 1990, 2009, 2011, 2018).

Então, legislações para a garantia de acesso à saúde para essa população não faltam, mas infelizmente o acesso esbarra no que foi apontado por Cavagnoli, Moterle e Moro (2020, p. 96): “Fica evidente aí a necessidade de investimento no plano ético e político da atenção à saúde e da assistência social, que permita multiplicar olhares frente à compreensão generalizante e excludente que se evidencia”. É necessário um

despojamento da lógica pautada pelo falso moralismo e reducionismo que exclui todo aquele que não se enquadra. Especialmente aqueles que trabalham com esse público precisam desenvolver um olhar compreensivo, que esteja aberto para o que aparece, como ele se revela e quais sentidos são identificados e construídos nessa vivência relacional.

A relação da pessoa em situação de rua com a cidade é atravessada pelo compartilhamento da ação de percebê-la como imunda, sem moral e nociva. Assim, produto da alteridade e relegada à borda, anda pelas ruas e, nos encontros, choca-se com os obstáculos de identificações compulsórias e conceitos preconcebidos. Um ruído, sujeito construído politicamente na associação com os jeitos de compartilhar a realidade do corpo social. Um jeito de subjetivar que exclui, sustentado no ego e na lógica capitalista, que não aceita o diferente e, quando o aceita, tenta discipliná-lo. Uma existência postergada à condição de anômalo no limite entre o homem e o animal. Essa vivência produz um sofrimento ético-político que ressoa tanto na dimensão espiritual, reflexão, quanto na dimensão psíquica, afetiva, e esse sofrimento requer o cuidado da comunidade, da sociedade civil e do poder público, não para impor a disciplina e o controle dos corpos, mas como forças propulsoras de emancipação e autonomia (CAVAGNOLI; MOTERLE; MORO, 2020).

A localização da PSR na condição de anômala é muito pesada de se ler e escrever, e causa no primeiro momento a dúvida: será que essa realidade é assim tão desumana? Para os mais distantes desse contexto, pode ficar a impressão de uma narrativa de vitimização. Entretanto, a experiência no trabalho com esse público, dentro do SUS, na equipe do Consultório na Rua, é uma prova factual de que essa é a realidade vivenciada nas três dimensões, mas mais especificamente no corpo, dimensão na qual o limite entre o humano e o animal ficam quase imperceptíveis. São condições sub-humanas de existência, a que são relegados um número cada vez maior de brasileiros.

### 2.3 Encontro na Rua: Uma Abordagem Fenomenológica-Existencial

Encontro na rua é resultado de um movimento que começou no trabalho de conclusão do curso da graduação em Psicologia em 2017. Será utilizada, doravante, a pesquisa realizada à época, a qual subsidiará a reflexão sobre o encontro na rua. Em 2019, esta pesquisadora fazia parte da primeira eCR de Contagem. Foram dois anos que se tornaram um divisor de águas na historicidade construída, porque ampliou a visão de mundo, terrivelmente desigual, e reafirmou o posicionamento profissional, político e ético.

Um ano de Consultório na Rua. Ora nas ruas, ora fora das ruas! A realidade se apresenta em várias formas, cores, sons e cheiros. Os dilemas complexos e entrelaçados desafiam a todo tempo as bases sólidas de teses preconceituosas, moralistas e reducionistas. A suspensão de valores é requisito básico ao Consultório na Rua, sem ela não se constrói vínculos. O cuidado se faz, num zapear, a quatro rodas e a várias mãos, de um ponto a outro ponto, de uma maloca a uma barraca, de um fusca abandonado a puxadinho debaixo do viaduto. A rua vicia e produz o desaprender de alguns ritos e o aprender de outros. Usos e desusos, “abusos”, vícios, violências, experiências, “vivências” marcam os corpos e as almas. Para estes marcados, marginalizados, que já conhecem de cor e salteado o discurso higienista, apenas o acolhimento e a escuta podem fazer laços, e talvez no enlace se construa outras formas de lidar com as marcas da vida. Um ano de Consultório na Rua abriu horizontes, desnudou certezas, construiu experiências, vivências, aprendizados e a convicção da relevância desse fazer da saúde. A saúde que chega aonde ninguém vai. Esse é o Consultório na Rua. (ONÉSIMO, 2020, não publicado).

Borysow (2018), em seu estudo sócio-histórico sobre o programa consultório na rua, constatou que a origem deste no Brasil aconteceu em Salvador e em Santos no ano de 1985. Em razão da grave epidemia de Aids no país, como medida para tentar conter a contaminação do vírus HIV, foram lançados projetos de redução de danos. O Ministério da Saúde define redução de danos como “um método (no sentido de métodos, caminho) e, portanto, não excludente de outros [...] o método está vinculado à direção do tratamento e, aqui, tratar significa aumentar o grau de liberdade, de corresponsabilidade daquele que está se tratando” (BRASIL, 2003, p. 10).

No trabalho de conclusão de curso realizado em 2017, em sua pesquisa sobre a eficácia do método de redução de danos no tratamento de usuários de drogas ilícitas, esta pesquisadora concluiu que:

A investigação apontou que os impactos do uso do método de Redução de Danos são positivos, visto que ele se mostrou eficaz para: a substituição ou a redução de uso de drogas ilícitas, o aumento da autoestima e a melhoria

da saúde dos usuários, devolvendo a estes o direito à cidadania e a autonomia da sua vida. O método de Redução de Danos tem produzido um novo modelo de acolher e tratar o usuário de drogas ilícitas, mas este ultrapassa o objetivo primário de troca de seringa e redução do uso da droga, ele estimula um movimento que provoca questionamentos, quebra de paradigmas e respeito às diferenças. Nossa sociedade carece de movimento como este, que rompe com a ideologia excludente, que se abre para novas possibilidades, visando sempre ao cuidado e ao respeito à liberdade. Movimento que faz oposição à políticas segregadoras como a internação compulsória implantada na “Cracolândia” da cidade de São Paulo. Este é um espaço para a atuação da Psicologia, seja através da escuta diferenciada como um redutor de danos, seja contribuindo com a construção de ponte entre o usuário de drogas ilícitas e o serviço de saúde, a ressignificação do uso da droga ou a produção de pesquisas científicas e a divulgação destas no meio acadêmico e público, a implantação do método como prevenção ou tratamento ao uso e abuso de drogas em postos de saúde, escolas, empresas e presídios etc. (ONÉSIMO, 2017, p. 20).

De acordo com Borysow (2018), o Consultório na Rua é resultado das experiências nomeadas como Consultório de Rua, criação do psiquiatra Antônio Nery na cidade de Salvador, que oferecia cuidado a usuários de drogas psicoativas que estavam em situação de rua. Nery teve experiência com os Médicos do Mundo (MdM), movimento derivado dos Médicos sem fronteiras e da Cruz Vermelha, durante sua especialização em Psiquiatria em Paris. Inspirado pelo trabalho dos MdM, quando retornou, trouxe a ideia para o Brasil e começou a implantá-la nas ruas de Salvador. Nessas abordagens, foi constatado uma alta incidência de crianças e adolescentes com abuso de drogas ilícitas e em situação de rua.

Em busca de novas estratégias para o trabalho de abordagem nas ruas, Nery foi a Santos para conhecer o método de redução de danos. Porque foi na cidade santista que teve origem no Brasil os primeiros movimentos de redução de danos por iniciativa do sanitarista David Capistrano. Em posse do conhecimento da proposta implantada em Santos, Nery criou o projeto Banco de Ruas que funcionou entre 1989 e 1991. Alguns anos mais tarde, em 1999, com parceria e financiamento do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD), ele implantou o primeiro Consultório de Rua. O trabalho se manteve até 2004 e foi desativado por falta de custeio dos governos municipal e estadual (BORYSOW, 2018). Porém, a partir da criação dos Centros de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas, da adoção da redução de danos como estratégia de saúde pelo MS, em 2005 (ONÉSIMO, 2017), e do Plano Emergencial de Ampliação ao acesso ao Tratamento e Prevenção em álcool e outras drogas (PEAD), em 2009, o Consultório de Rua é citado como experiência a ser difundida no país (BORYSOW, 2018).



De acordo com Borysow (2018), paralelamente ao financiamento da União em Atenção básica entre os anos de 2003 e 2008, aconteceram algumas iniciativas que promoveram a discussão e a criação de projetos para a saúde da PSR como: o programa de agente comunitário específico para a PSR em 2003, A gente na Rua em 2004, ambos em São Paulo; as equipes de Saúde da Família para PSR, em Belo Horizonte e em Porto Alegre; e o PSF sem domicílio, de Porto Alegre em 2004. Ressalta-se que as iniciativas de Belo Horizonte e São Paulo foram muito parecidas, diferenciando-se apenas pelo fato de que, em Belo Horizonte, as propostas tinham grande influência do movimento antimanicomial e de pautas para a saúde mental.

Entre as primeiras equipes de Consultório de Rua implantadas pelo MS em 2009 e a criação da portaria nº 122 de 2011, que regulamenta o programa Consultório na Rua dentro da Atenção básica e da Rede de atenção Psicossocial, houve um longo caminho de discussão de vários atores políticos, das mais variadas áreas, entre defensores e opositores do método de redução de danos (BORYSOW, 2018). Assim, “De maneira mais específica o programa surgiu dentro do campo burocrático do Ministério da Saúde e dos subespaços da saúde mental e da atenção básica” (BORYSOW, 2018, p. 136). Inclui-se entre esses atores o MNPR, que esteve sempre atuante em defesa do direito à saúde da PSR. A diferença entre o modelo Consultório de Rua e Consultório na Rua é apenas que o primeiro está mais focado em pautas da saúde mental e da redução de danos, conforme o projeto inicial de Antônio Nery, e o segundo se mantém dentro da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), mas também abrange os cuidados da atenção básica.

Na portaria nº 122 de 2011, ficou definido as diretrizes de organização e de funcionamento do Consultório na Rua (CnR), e que as equipes eCR deverão ser multiprofissionais, capazes de manejar as demandas de saúde da PSR, com atividades de busca ativa, de forma itinerante, realizadas no território, ou seja, onde o usuário se encontrar, com atenção aos usuários de drogas. As ações deverão ser compartilhadas e integradas aos demais serviços da rede, como UBS, CAPS, UPAS, abrigos, centro POP e outros (BRASIL, 2011).

Segundo Piuzana (no prelo), em sua pesquisa sobre o acesso da PSR aos serviços da Atenção Primária em Saúde, o CnR foi instalado em Contagem como estratégia de cuidado à saúde da PSR e suas ações e serviços se pautam dentro do rol da Atenção Primária, mas também na estratégia de redução de danos. O trabalho acontece nas ruas e nos demais serviços oferecidos à PSR no município. Piuzana (no

prelo) corrobora com Cavagnoli, Moterle e Moro (2020) ao constatar em sua pesquisa que, no município, com base na percepção dos profissionais da eCR, há uma prevalência que considera que a rede de serviços não tem preparo para o manejo desse público. “A existência do preconceito e do estigma que a PSR sofre ao acessar os serviços da APS de Contagem, esteve presente em todas as entrevistas com a eCR” (PIUZANA, no prelo, p. 203). Em sua conclusão, Piuzana (no prelo) afirma que a eCR provou que, para trabalhar com a PSR, é fundamental a humanização no atendimento, e que o trabalho dessa equipe serve de modelo para a rede de atenção à PSR, porque as ações e os serviços oferecidos se pautam na abordagem interdisciplinar, na relação dialógica e no reconhecimento da PSR.

Como foi dito anteriormente, a relação dialógica é um dos pilares da abordagem fenomenológica-existencial. A pesquisadora em questão esteve na equipe do CnR, e sua atuação foi guiada por essa abordagem que é uma diretriz para o trabalho do psicólogo. O método fenomenológico foi usado como instrumento na escuta e na atitude fenomenológica em busca dos sentidos, porque, conforme Feijoo (2010), em Heidegger, para se realizar a analítica da existencialidade, devia-se através do método fenomenológico buscar o sentido das coisas. Isso porque é o modo de ser do homem que dá fundamento às coisas concedendo-lhes sentido, assim, o método busca encontrar o sentido do ser no fenômeno que aparece. Dentro de um encontro, de uma relação dialógica, é nesse espaço do “entre” que psicoterapeuta e cliente irão se aproximar a ponto de a relação se tornar solo fértil para que o cliente se abra para revelar ou construir seu sentido de Ser, seu modo autêntico de existência.

Um encontro tão genuíno sustentado pela confiança construída a partir de vários encontros poderia acontecer fora do *setting* do consultório? Esse encontro dialógico relacional pode acontecer em outros espaços, como nas ruas da cidade? Para mais de 160 mil brasileiros que vivem em situação de rua, isso segundo Dias (2021), invisíveis para a sociedade e as políticas públicas, para estes um olhar sem julgamento, uma escuta sem preconceitos já seria um encontro verdadeiro.

Os encontros entre a PSR e as eCR acontecem no espaço da rua porque é aí que esse público mora e habita, constrói sua existência no tempo e suas relações no mundo. Habita? Heidegger, em seu texto poético de 1954 **Construir, habitar e pensar**, debruça-se sobre o que é o habitar e, curiosamente, inicia o texto falando de uma crise habitacional que imperava naquela época, “possuir uma habitação é sem dúvida, tranquilizador e satisfatório” (HEIDEGGER, 1954, p. 1). Sua pesquisa

fenomenológica das palavras e dentro de sua analítica existencial revela a essência vigorosa do espaço e do habitar. Esses conceitos serão articulados com a experiência da PSR, ou seja, o espaço da rua e o habitar existencial.

Para Heidegger (1954), no sentido antigo, espaço *Raum* significa lugar arrumado, liberado para um povoado, para ser depósito. Espaço é, em sua essência, o resultado de uma arrumação, de um espaçamento, aquilo que foi deixado no seu limite. Ou seja, aquilo que foi separado ou ocupado pela presença de uma coisa, a ponte ou a rua, torna-se lugar, por causa da estância e circunstância, sentido que as coisas dão àquele intervalo que agora não mais é espaço, mas sim um lugar, na rua. “Por isso os espaços recebem sua essência dos lugares e não ‘do’ espaço” (HEIDEGGER, 1954, p. 6). Assim, pode-se concluir que o espaço da rua se torna lugar por causa do sentido que é atribuído pela a PSR à rua.

Gomes (2016) concorda ao afirmar que a rua deixa de ser espaço de passagem para ser habitada pela PSR que decide nela morar e também tecer sua rede de coexistência. O espaço da rua enquanto lugar também é notado com a criação de regras e normas de convivência entre a PSR, ou seja, o espaço da rua, que agora é lugar, não é terra de ninguém, depois de habitada pela presença se torna lugar, com até ordenamento.

O habitar em Heidegger (1954) ganha uma perspectiva fenomenológica quando ele pergunta: o que é habitar? Habitar é a finalidade que impera em todo construir, sendo este construir o meio para se chegar ao fim que é habitar, ambos ligados numa relação. Porém, nesse esquema meio-fim, fica apagada a relação essencial entre construir e habitar. Porque construir não é apenas o meio para se chegar ao habitar, antes construir já tem em sua essência o habitar. Essa constatação só é possível pelo aprofundamento na força da linguagem. O que a linguagem nos revela sobre o construir? No antigo alemão, construir é *buon* que quer dizer habitar, permanecer, morar. O verbo antigo *Bauen* é construir, que significa habitar.

Se tomarmos o habitar apenas nessa definição de *buon* que é permanecer, morar como é possível para a PSR um habitar na rua, visto que, por se tratar de vias públicas, mesmo que esta queira se fixar em determinados pontos como é comum acontecer embaixo de viadutos, praças, marquises de lojas, isso não é permitido. Observa-se aí, nesse movimento de tentar se fixar, a necessidade do habitar, de encontrar, mesmo na rua, um lugar que por um período curto possa se tornar um habitar. Por outro lado, também é notório que entre a PSR existem aqueles que não

se fixam, são os trecheiros, e andam de cidades em cidades. Como seria possível para essas pessoas habitar?

Para Heidegger (1954), *Bauen*, o verbo originário cujo significado é construir e habitar, vai muito além do habitar costumeiramente pensado. *Bauen* é a mesma palavra *bin*, que significa eu sou. Assim, a mesma palavra é usada para dizer: eu sou e eu habito, o que leva à conclusão de que o modo que eu sou eu habito. “A maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual somos homens sobre essa terra é o Buan, o habitar” (HEIDEGGER, 1954, p. 2). O vocábulo revela que o homem é a medida que habita, e habitar é construir, habitar é ser.

Ainda conforme Heidegger (1954), o espaço não está fora nem dentro, não é oposição nem existe o homem e o espaço além dele. Ao se pensar o homem no seu modo mais próprio de ser, ele habita, ou seja, permanece, de-mora na estrutura ontológica que é a quadratura, o mundo (terra, céus, mortais e imortais). Assim, aquele que habita, habita em algum lugar que foi presentificado pela presença dentro de um espaço. “Os mortais são, isso significa: em habitando têm sobre si espaços em razão de sua de-mora junto às coisas e aos lugares” (HEIDEGGER, 1954, p. 8).

Segundo Gomes (2016), habitar não se resume ao fato de ter uma casa para viver, é possível inferir que as noções de construção e habitação, para além da visão prática e objetiva, falam do modo de ser do homem que se expõe por meio da familiaridade e do estranhamento no mundo. Isso foi constatado na prática dentro do CnR, as formas improvisadas de morar na rua eram bem diversificadas, puxadinhos, de malocas a carros abandonados e espaços em viadutos. Em uma situação específica, um morador em alto grau de vulnerabilidade, com sua maloca já estabelecida em certo ponto de uma avenida há muitos anos, durante as primeiras abordagens, demarcava com um risco até onde a eCR poderia se aproximar dele, já sinalizando seu modo de coexistência no mundo e de habitar. A partir da construção do vínculo com a eCR, esse limite perdeu o sentido para ele.

Assim, para Gomes (2016), as edificações fazem parte da área circunscrita para o habitar, porém esse campo vai além dessas edificações e não se reduz a uma habitação. Algumas construções que não foram feitas originalmente para ser habitação, mas se mantêm determinadas pelo habitar, como a rua, podem se tornar lugar de habitar. Portanto, construções com objetivo de se tornarem espaço do habitar do homem podem não ser e edificações como a rua, que não foram feitas para o habitar, podem acabar se tornando lugares do habitar. Como o caso citado por Gomes

(2016) em sua pesquisa com a PSR, Confiança (nome fictício) revela ao pesquisador que, naquele momento, estar na rua, mesmo com todos os riscos e apesar da saudade dos filhos, era melhor do que estar em casa na companhia do marido. Se o habitar se expõe na familiaridade e no estranhamento, o que Confiança nos revela em sua fala? Conforme Gomes (2016), ela aponta para seu sentido ontológico e existencial, uma experiência de desenraizamento em sua relação conjugal e familiar.

Heidegger (1954) conclui sua pesquisa fenomenológica sobre o habitar apontando que a crise habitacional sempre existiu, e que ela não reside na falta de moradias. A causa dessa crise se encontra na falta da essência do habitar, e é necessário um aprendizado primeiro sobre o habitar, e nesse ponto ele levanta uma questão muito importante: “E se o desenraizamento do homem fosse precisamente o fato de o homem não pensar de modo algum a crise habitacional propriamente dita como a crise?” (HEIDEGGER, 1954, p. 10). Seria a causa da crise habitacional – que desde há muito impera, mas que nas últimas décadas tem se agigantado mundo afora devido à lógica capitalista, às guerras, aos conflitos e à miséria, que produzem cada vez mais refugiados, contribuindo assim para um aumento expressivo da PSR – o desenraizamento do homem? O desaprender do habitar e ser? Ao tentar responder à pergunta da pesquisa, inúmeras questões foram se levantando e, para muitas delas, esta pesquisadora não encontra sustentação na metodologia utilizada para respondê-las e pensa que seria necessária uma pesquisa que abarcasse tanto a revisão bibliográfica quanto a pesquisa de campo.

Escutar a PSR sempre provoca inquietações e questões, a que se coloca agora é: qual o sentido construído nesse habitar nas ruas? Aliás, anterior a essa questão há outra: afinal, o que é sentido? Segundo Boff (2014), o sentido da vida é uma questão humana e existencial. A resposta a essa indagação é respondida quase sempre pela própria vida, a sociedade à nossa volta se incumbem de nos impor um sentido. Porém, diante de certas circunstâncias, confrontados com o dilema, a vida exige uma resposta construída por meio da reflexão e da argumentação.

Para Sócrates, o sentido não pode ser atribuído ao biológico, e sim à intenção da mente, que confere uma finalidade e provoca movimento. Aristóteles, depois de teorizar a questão, chega a seguinte definição: fim = aquilo por causa do quê. Para ele, é esse fim (*telos*) que provoca a ação de movimentar todas as outras causas, sem fim ou sentido não existe nenhuma outra atividade, portanto não existe vida. Além disso, para esse pensador, fim é essencialmente o bem, porque o bem é por si o fim

procurado por cada coisa. Portanto existe uma relação equivalente ontológica entre ser, bem e fim. Tanto filosofia quanto religião definiram o sentido da vida como fim ou finalidade. O “para quê?” é a pergunta que indica os assuntos relacionados à questão do sentido (BOFF, 2014). Eis a razão pela qual um fenomenólogo-existencial não deve perguntar o porquê, mas sim para quê ou o quê. Porque estas, diferentemente daquela, abrem para a descrição e para o fim, para a finalidade, para o sentido. Assim, mesmo que a pergunta seja o porquê do sentido de viver ela se refere ao para quê, ao fim, à finalidade.

Note-se que às vezes se formula a pergunta sobre o sentido em termos de “por que viver”. Mas aí o “por quê” tem valor de “para que”, pois, para aquela expressão, não se pensa em termos de “causa eficiente”, ou seja, do que está atrás e empurra o viver, mas, sim, em termos de “causa final”, isto é, do que está à frente e puxa a vida. De fato, quando se fala do “sentido” nos termos de “por quê”, o que se faz, em verdade, é olhar para frente, visando o “fim” como aquilo que motiva o viver, aquilo que atrai a vida para a frente e para cima. (BOFF, 2014, p. 9).

Em semântica, a palavra sentido é direção, orientação, rumo. “Assim, ter um sentido na vida é ter uma direção, um rumo. É ter ‘por onde’ ir. Numa metáfora, é ter um caminho” (BOFF, 2014, p. 13). A etimologia da palavra sentido tem em sua raiz indo-europeia o termo *sent* que transmite a noção de “para”. Já no português, o verbo sentir e suas derivações indicam a ação ou o ato de direcionar para, encaminhar para. Assim, a raiz de sentido traz o entendimento de relação com outro elemento, refere-se a uma alteridade, à entrega a alguma coisa que não está dentro, mas fora ou distante. Numa representação rígida desse entendimento, sentido pode ser definido como um vetor e, de modo mais objetivo, como uma seta. Aprofundando mais na semântica, constata-se também os indícios de sentido que transmitem com precisão à “outra coisa” (BOFF, 2014). Resumindo, semanticamente, sentido sempre faz referência a um ponto que se localiza do lado de fora, à frente.

Boff (2014), lança uma questão interessante: a vida humana não se assemelha a um discurso, escrito de um sentido? Daí a nomeação das ciências humanas também de ciências hermenêuticas, porque nelas se busca cuidar do fazer humano, este que revela desígnios, os quais são escutados, lidos como discursos a serem interpretados. Assim, sentido atravessa uma ação contínua e prolongada de um ponto a outro ponto, de corporal e semântico até o ponto existencial, e todos eles concordam com a atribuição de sentido como: vetor, flecha. “Assim, o sentido da vida consiste em ter uma regra de ação, uma conduta interior e exterior, um projeto fundamental de vida, uma posição de existência” (BOFF, 2014, p. 14).

Quando se lê “regra de ação”, pode-se pensar em uma rigidez, aquela exposta pelo poeta Manoel de Barros: “Quem anda no trilho é trem de ferro”, mas, segundo Boff (2014), sendo sentido a causa das causas, ele impacta em tudo e seu maior efeito é dar uma direção à existência, um caminho de vida. E aí podemos fechar o verso do poeta: sou água que corre entre pedras: liberdade caça jeito. Ou seja, a direção não enrijece, ao contrário, ela proporciona o caminho, mas também a fluidez, como a água que vai procurando, contornando, escorrendo por entre terras, pedras, montanhas para continuar o caminho até seu fim, sua finalidade. Em contrapartida, existir sem sentido, ou não ter direção na vida, significa viver em sofrimento, com dor, e não qualquer dor, mas uma dor insuportável. Como escreveu Boff (2014, p. 18), “toda dor é suportável, menos a dor do sem sentido”. A dor que provoca desespero e morte, a morte existencial, uma existência sem sentido e inautêntica até o óbito.

Em resumo, sentido é *telos*, finalidade de causa final, que atrai para a frente, para o vir-a-ser. Esclarecida a segunda questão sobre o que é sentido, voltamos à primeira: qual o sentido construído nesse habitar nas ruas? A pesquisa de Gomes (2016) apontou para algumas conclusões. Sem fazer generalizações, ressaltando sempre a historicidade de cada existência, é importante destacar que a ida para a rua acontece como resultado de inúmeros motivos e a experiência de habitar na rua é carregada de sentidos que são construídos pelas motivações que provocaram a ida para a rua. “Compreendo que há uma relação não de causa e efeito, mas de atribuição de sentidos a partir da vivência de experiências anteriores à situação de rua” (GOMES, 2016, p. 90). Seria esses sentidos uma causa eficiente, ou seja, aquilo que está atrás e empurra o viver? Ou seria possível construir sentidos como *telos*, finalidade, aquilo que está à frente e puxa a vida mesmo em condições tão inóspitas nesse habitar humano? De acordo com Gomes (2016), mesmo em situações tão vulneráveis, a PSR consegue encontrar um sentido, uma finalidade, para um vir-a-ser, projetos de vida e para o amanhã.

Portanto, o conceito de sentido responde à pergunta que deu origem a esta pesquisa: é possível um encontro dialógico como orientado pela abordagem fenomenológica-existencial na rua? A viabilidade desse encontro se sustenta dentro do próprio arcabouço da teoria e do seu método fenomenológico de pesquisa. O encontro dialógico é possível de acontecer em qualquer contexto, seja no *setting* do consultório, nas instituições ou na rua, porque o que importa não é o que está no

exterior, o em volta, as pessoas, os carros, os barulhos, mas sim o que está dentro: a disponibilidade de presença.

Lançando mão da modalidade do plantão psicológico, pensamos que este se encaixa muito bem no contexto da rua. Seja onde for, o plantão vai acontecer no tempo que for possível construir um encontro, uma relação de abertura de ambas as partes, abertura do plantonista para aquilo que aparecer, e abertura do sofrente para se entregar à difícil tarefa de se despir para o outro, revelar-se enquanto aquele que sofre e pede ajuda. Um encontro na rua em formato de plantão psicológico, plantão na sua expressão mais literária: “planta grande” (USP, 2006, p. 148), ou melhor, uma árvore frondosa, com uma grande copa, que possa oferecer sombra e descanso para aquele sofrente que necessita de um tempo, uma pausa para tentar construir – dentro de um emaranhado de relações, vivências e sofrimento – algum sentido para continuar seu caminho na existência.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a abordagem fenomenológica-existencial foi o *telos* principal deste trabalho. A População em situação de Rua e o trabalho com esta entraram nesse jogo como o “mundo”, ou melhor, conforme Heidegger poeticamente concebeu, como a “quadratura”, a estrutura ontológica, do nosso modo mais próprio de ser. A revisão bibliográfica serviu de base, mas foi o método fenomenológico que a todo momento impulsionava um questionar, um buscar pela essência, pelo sentido de tudo aquilo que nas leituras se manifestava.

O trabalho de pesquisar o fenômeno, a fenomenologia e o fenômeno da rua foi um aprofundar nas bases filosóficas e históricas da fenomenologia existencial. Husserl, insatisfeito com o positivismo e com a falta de respostas para suas inquietações, inclusive na matemática, entregou-se a um laborioso desafio: construir um método de pesquisa que conseguisse abarcar tantas questões objetivas e psíquicas. Para Husserl, através da redução fenomenológica, etapa do método fenomenológico, tudo o que é vivenciado na dimensão da psique condiz a um fenômeno puro, que revela sua essência inerente, por meio de sua singularidade, como um elemento absoluto. Nasceu assim a fenomenologia como corrente filosófica e o método fenomenológico. Posteriormente, Heidegger se apropriou da criação de seu professor e fez uso dele, o método, para empreender sua jornada na investigação do ser. Porém, ao contrário de Husserl que buscava no método fenomenológico a essência das coisas, o aprendiz, juntamente com outros como Merleau-Ponty e Sartre, vai resgatar a filosofia existencialista de Soren Kierkegaard e, assim, unir o método fenomenológico ao existencialismo.

Uma perspectiva que busca a descrição dos fenômenos, ou seja, a essência daquilo que aparece, mostra-se mais necessária quando envolve um público de alta vulnerabilidade social e risco como o fenômeno social da PSR. Um grupo heterogêneo, de extrema pobreza, vínculos rompidos ou fragilizados, sem residência, que usa espaços públicos para morar, trabalhar e se sustentar. A vulnerabilidade social é enorme, e a questão salutar para o aperfeiçoamento das políticas já existentes e para a criação de novas não foi respondida até hoje: quantos são? Nunca foi realizado um censo pelo IBGE que contemple a PSR, estes são incontáveis, já denunciando aí sua marginalização. A vulnerabilidade é ultrapassada e atinge o limite

do risco da perda da dignidade da pessoa humana, limite apontado por alguns autores cuja diferenciação entre o humano e o animal fica quase imperceptível. Para esse sofrimento é necessário a atenção e cuidado do Estado, das comunidades e da sociedade civil, como agentes portadores de humanidade para promover a restauração da dignidade, da emancipação e da autonomia.

Atuando como força de cuidado de atenção em saúde da PSR está o Consultório na Rua, implantado na Atenção Básica pela portaria nº 122 de 2011. Resultado da experiência exitosa do Consultório de Rua do psiquiatra Antônio Nery, que começou em Salvador e depois se espalhou pelo país, é fruto indireto também do primeiro projeto de redução de danos no Brasil, na cidade de Santos. Assim, o CnR é o lucro das disputas de vários atores políticos como: o Ministério da Saúde, a atenção básica e a saúde mental, o Movimento Nacional da População em Situação de rua e as entidades civis, e tem se mostrado como referência para a Rede de Atenção à Saúde.

A pesquisa cumpriu seus objetivos. Foram investigados: a abordagem fenomenológica-existencial, a PSR, o CnR e a articulação da fenomenologia existencial com a PSR. Respondendo à questão da investigação, o encontro dialógico pode acontecer no espaço da rua. Para que isso ocorra, é necessário um embasamento teórico numa Psicologia descritiva que abarque as diversas dimensões do homem, uma atitude fenomenológica, ou seja, aberta para aquilo que aparece, e o uso do método fenomenológico, que busca a essência do sentido daquele que fala, lançando luz às suas vivências, ao seu tempo, ao seu espaço, à sua estranheza e ao seu fazer.

Porém, no decorrer das consultas foram surgindo vários outros subtemas, todos com grande relevância e que necessitam ser pesquisados e acolhidos como fenômenos sociais que, ao se revelarem, desvelam sentidos como: as mulheres e a maternidade em situação de rua, transtornos mentais na rua, o abuso de drogas e, especificamente, da droga lícita, o álcool e as comorbidades da PSR. Assim, ao tentar responder a uma questão, muita inquietação foi provocada, gerando mais dúvidas e novas questões. A principal delas provocada por Heidegger: seria a crise habitacional e/ou o fenômeno social PSR provocados pelo desenraizamento, pelo desaprender do habitar? Ou seja, à medida que habito, também existo, como existo também habito. Por outro lado, não podemos nos furtar de trazer junto a esse questionamento uma variável muito importante. Seria esta uma visão reducionista que retira do social

lançando sobre o existente a total responsabilidade pela sua situação de rua? Em contrapartida, essa perspectiva poderia ser um caminho para incluir dentro do social o existencial? São perguntas que só um novo caminhar fenomenologicamente, através de nova pesquisa científica, poderá tentar responder ou lançar luz em alguns pontos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia. Ato em São Paulo lembra 11 anos do massacre de moradores de rua na Praça da Sé. **Agência Brasil**, São Paulo, 19 ago. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/ato-em-sao-paulo-lembra-11-anos-da-massacre-de-moradores-de-rua-na-praca-da-se>. Acesso em: 7 out. 2022.

AUGRAS, Monique. **O ser da compreensão**: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico. Petrópolis: Vozes, 1986.

BELLO, Ângela Ales. *In*: A fenomenologia. **Fenomenologia e ciências humanas**: psicologia, história e religião. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2004. p. 49-101.

BOFF, Clodovis. **O livro do sentido**. Crise e busca de sentido hoje (parte crítico-analítica). 1. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2014. (v. 1).

BORYSOW, Igor da Costa. **O consultório na rua e a atenção básica à população em situação de rua**. 2018. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-12062018-132859/pt-br.php>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, p. 18055, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. 240 p.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011**. Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão). Brasília, DF: Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro, 2011. Disponível em: [https://conselho.saude.gov.br/legislacao/docs/portaria\\_940\\_cartaoSUS.pdf](https://conselho.saude.gov.br/legislacao/docs/portaria_940_cartaoSUS.pdf). Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011**. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122\\_25\\_01\\_2012.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html). Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.714, de 24 de agosto de 2018**. Altera a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do sistema único de assistência social (suas) e para assegurar o acesso das famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal à atenção integral à saúde. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13714-24-agosto-2018-787108-publicacaooriginal-156272-pl.html>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRITO, Gisele. Chacina da Candelária completa 23 anos e políticas públicas não avançaram. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 jul. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/22/chacina-da-candelaria-completa-23-anos-e-politicas-publicas-nao-avancaram>. Acesso em: 7 out. 2022.

CAVAGNOLI, Murilo; MOTERLE, Raica; MORO, Eduarda. Pessoas em situação de rua: cartografando um território existencial. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 2, p. 88-104, ago. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672020000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1 out. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **A psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios**. Belo Horizonte: CRP, 2015. 87 p.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia**. 3. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Suely Rolnik. São Paulo: Editora 54, 1997. 176 p. v. 4.

DIAS, André Luiz Freitas (org.). **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil**. Relatório técnico-científico – Plataforma de Atenção em Direitos Humanos, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2021. 140 p.

ERTHAL, Tereza Cristina. **Terapia vivencial: uma abordagem existencial em psicoterapia**. Petrópolis: Vozes, 1989. (Trabalho original publicado em 1955.)

FEIJOO, Ana Maria Lopes Calvo de. **A escuta e a fala em psicoterapia uma proposta fenomenológico-existencial**. 2. ed. Rio de Janeiro: IFEN, 2010. 198 p.

FENÔMENO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/Fenomeno>. Acesso em: 18 nov. 2022.

FENOMENOLOGIA. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/Fenomenologia>. Acesso em: 18 nov. 2022.

GOMES, Francisco Emanuel Soares. **Os sentidos de habitar para pessoas em situação de rua**: um olhar fenomenológico. 2016. 112f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22547/1/FranciscoEmanuelSoaresGomes\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22547/1/FranciscoEmanuelSoaresGomes_DISSERT.pdf). Acesso em: 27 out. 2022.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. Tradução: Marcia Sá Cavalcante Schubac. *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske: Pfullingen, 1954. (Conferência original pronunciada em 1951). Disponível em: <https://filosofiaepatrimonio.files.wordpress.com/2017/03/martin-heidegger-construir-habitar-pensar.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

MÉTODO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/metodo/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ONÉSIMO, Sandra Amaral Giancesini. **O método de redução de danos no tratamento de usuários de drogas ilícitas**. Monografia (Graduação de Psicologia) – Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2017.

ONÉSIMO, Sandra Amaral Giancesini. **Um ano de consultório na rua**. (Não publicado). 2020.

PIUZANA, Fernando Braz. **Universalização do acesso a saúde**: um desafio para a população em situação de rua aos serviços da atenção primária à saúde. Dissertação (Mestrado profissional em saúde da família) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, [2022?]. No prelo.

SOUSA, Adrielly Pereira; MACEDO, João Paulo. População em situação de rua: expressão (im)pertinente da “questão social”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 35, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35510>. Acesso em: 4 out. 2022.

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **I Jornada. Plantão Psicológico em Aconselhamento Psicológico**. Instituto de Psicologia. Departamento de Psicologia da Aprendizagem do Desenvolvimento e da Personalidade. Laboratório de Estudos e Práticas em Psicologia Fenomenológica Existencial. Serviço de Aconselhamento Psicológico. 2022. p.146-155.